

A RELAÇÃO DO POVO KAPINAWÁ COM OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS¹

THE RELATIONSHIP OF THE KAPINAWÁ PEOPLE WITH ARCHAEOLOGICAL SITES

Kássia Maria Queiróz da Silva ²

Viviane Maria Cavalcanti de Castro ³

Ricardo Pinto de Medeiros ⁴

Luiz Carlos Medeiros da Rocha ⁵

Paulo João de Oliveira Junior

Resumo: Esta pesquisa tem como finalidade a compreensão de como o povo indígena Kapinawá se relaciona com os espaços dos sítios arqueológicos presentes em seu território e no Vale do Catimbau. Utilizando-se da Arqueologia Pública e comunitária, esta pesquisa buscou a interação com essa comunidade indígena para entender a inserção nesse universo onde o patrimônio arqueológico aparece apropriado e compreendido como parte de suas vidas. Nessa abordagem também foi utilizada a metodologia da história oral, entendendo a importância da oralidade como fonte de pesquisa e resgate da memória desse povo. Através das entrevistas realizadas foram focalizadas suas histórias pessoais que repassaram uma visão concreta da trajetória desse grupo social, levando à compreensão de sua interação com o meio em que vivem e o patrimônio arqueológico ali presente. **Palavras-chaves:** Povos Indígenas Kapinawá, Arqueologia Pública, Arqueologia Comunitária.

Abstract: This research aims to understand how the Kapinawá indigenous people relate to the spaces of the archaeological sites present in their territory and in the Catimbau Valley. Using public and community archaeology, this research sought interaction with this indigenous community to understand the insertion in this universe where the archaeological heritage appears appropriate and understood as part of their lives. In this approach, the methodology of oral history was also used, understanding the importance of orality as a source of research and rescue of the memory of this people. Through the interviews conducted, their personal stories were focused, which gave a concrete vision of the trajectory of this social group, leading to an understanding of their interaction with the environment in which they live, and the archaeological heritage present there. **Keywords:** Kapinawá Indigenous Peoples, Public Archeology, Community Archaeology.

¹ Trabalho apresentado na III Semana de Arqueologia da UFPE.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: kassiaqueiroz@hotmail.com

³ Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: viviane.castro@ufpe.br

⁴ Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE). E-mail: ricardo.medeiros@ufpe.br

⁵ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: paulo.arq.oliveira@gmail.com

Introdução

O povo indígena Kapinawá reside entre o agreste e o sertão de Pernambuco, nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. O processo de demarcação de suas terras teve início no final da década de 1980 e início da década de 1990. Até então, não eram reconhecidos como indígenas, ocupavam o território de forma livre e eram conhecidos como caboclos. Atualmente, conta com mais de 3.700 habitantes. Eles se reconhecem como uma nova ramificação dos indígenas Paratiote, também conhecidos como Paratio, que no século XVIII estavam aldeados na Serra dos Macacos, que hoje é uma das aldeias que faz parte do território demarcado (Palitot; Albuquerque, 2002).

O Parque Nacional do Catimbau foi instituído em 2002 e é reconhecido pela UNESCO como área núcleo da Reserva da Biosfera da Caatinga. Localiza-se nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim e abriga diversos sítios arqueológicos, tanto pré-coloniais quanto pós-coloniais. Predominantemente, esses sítios são compostos por paredes com pinturas rupestres e são reconhecidos pelo Iphan como Patrimônio Arqueológico Nacional (Silva, 2020).

As terras do povo indígena Kapinawá estão demarcadas ao redor do Parque Nacional do Catimbau, e atualmente, algumas aldeias encontram-se em processo de demarcação dentro do território do Parque Nacional do Catimbau. Isso proporciona um contato direto com os sítios arqueológicos. Para essa comunidade, esses espaços têm uma significância única, pois acreditam que a cultura material, encontrada nesses sítios arqueológicos, representa heranças de seus antepassados, evidenciando uma clara apropriação cultural desses locais

Compreendendo a comunidade como um componente importante do contexto arqueológico, tem como finalidade a compreensão de como o povo indígena Kapinawá se relaciona com os espaços dos sítios arqueológicos presentes em seu território e no Vale do Catimbau. A abordagem contemplou a interação direta com essa comunidade indígena, buscando elucidar a forma como o patrimônio arqueológico é apropriado por ela. Adotando como arcabouço teórico a Arqueologia Pública e Comunitária, e reconhecendo a oralidade como fonte legítima de pesquisa, empregou-se a história oral para resgatar a memória desse grupo étnico. Procedeu-se com entrevistas e visitas aos sítios arqueológicos na área do Parque Nacional (Parna) do Catimbau e adjacências das aldeias Macaco, Malhador, Mina Grande, Pau Ferro e Ponta da

Várzea. Este enfoque foi escolhido considerando que os sítios e a cultura material correspondente são interpretados e utilizados de maneiras distintas pela comunidade. Os dados adquiridos a partir das entrevistas e levantamento dos sítios foram analisados sob a perspectiva do discurso da comunidade, priorizando as narrativas deste grupo social.

Referencial Teórico

A Arqueologia Pública é compreendida como um campo de pesquisa, debate e aplicação destinado a engajar a sociedade nas questões públicas dessa disciplina (Fernandes, 2007). Ela tem emergido como uma abordagem teórica relevante dentro das linhas de pesquisa arqueológica, devido ao seu interesse na investigação do patrimônio arqueológico e nas interações com as comunidades. Além disso, ela viabiliza o diálogo sobre questões públicas da disciplina com os diversos setores da sociedade (Funari, 2001). Portanto, é essa abordagem teórica que orientará as discussões propostas neste trabalho, visa compreender a relação social da comunidade indígena Kapinawá com os sítios arqueológicos do Vale do Catimbau situados dentro e nas proximidades de seu território.

Para esta pesquisa, adotamos o conceito de terra indígena proposto por Robrahn-González e Migliacio (2008). Eles compreendem terra indígena como aquelas administrativamente demarcadas pelo governo brasileiro, reconhecidas por outros países da América do Sul ou consideradas tradicionais pelas populações indígenas, demarcadas ou não, especialmente seus locais de significância simbólica, sagrada ou cultural (Robrahn-González; Migliacio, 2008).

O patrimônio arqueológico é considerado um bem do povo, entendido como algo herdado, assim, os bens arqueológicos inventariados e tombados, em instâncias municipal, estadual ou nacional, tornam-se patrimônio daquela população. Contudo, o patrimônio arqueológico é permeado por significados, que podem derivar do sentimento de herança de uma determinada comunidade, do conhecimento de que seus antepassados utilizaram ou construíram essa cultura material, das novas percepções de utilização do espaço, da paisagem ou do bem em seu contexto devido às experiências vividas e memórias, ou ainda dos sentimentos de crença e sacralidade transmitidos entre as gerações. Portanto, é fundamental abordar o patrimônio arqueológico e seu contexto, compreendendo como ocorrem as interações das comunidades presentes.

Segundo Farias (2011), a apropriação representa a principal ação na elaboração do sentimento de pertencimento, onde o sujeito e o patrimônio cultural interagem simultaneamente. Assim, à medida que a comunidade se apropria do patrimônio arqueológico, ela passa a considerar esse espaço como seu, identificando-se e construindo memórias, acreditando que pertencem àquele lugar. Esse sentimento é atribuído não apenas ao patrimônio cultural, mas também ao seu ambiente.

Ao longo da interação da comunidade com o patrimônio, surge um vínculo que deixa marcas contribuindo para a formação das identidades. Pode-se entender que o sentimento de pertencimento está diretamente ligado ao processo de formação da identidade pessoal ou coletiva. A identidade, enquanto conceito, pode ser compreendida em dois planos distintos: o interno, que consiste na percepção de si como membro de uma comunidade, e o externo, que corresponde ao reconhecimento desse pertencimento como identidade social (Carreira, 2014).

Castro (2008) caracteriza as identidades como fenômenos sociais, dinâmicos e dialéticos, múltiplos e flexíveis no tempo e no espaço. Elas se constroem na relação entre semelhanças e diferenças. No entanto, mesmo sendo múltiplas e mutáveis, existem marcas fundamentais nas identidades, que abrigam os elementos mais duradouros. Entre esses elementos, destacam-se os ritos e os comportamentos coletivos formalizados (Castro, 2008).

Portanto, a identidade de um grupo pode ser forjada à medida que são estabelecidas relações de valores culturais vividos em comunidade, relacionados ao ambiente e à memória. A memória desempenha um papel fundamental na construção da identidade do indivíduo ou de um grupo social, pois possibilita criar um sentimento de pertencimento e continuidade (Pollak, 1992; Farias, 2011).

A percepção é a forma de adquirir conhecimento por meio da interpretação dos dados sensoriais. Pena (1997) afirma que perceber é conhecer objetos e seus significados por meio dos sentidos. A comunidade, por meio da percepção, é capaz de inferir significados ao patrimônio arqueológico e ao seu contexto, possibilitando a apropriação e contribuindo para a formação de sua identidade (Silva, 2017).

No processo de compreensão de como uma comunidade tradicional se envolve com o patrimônio arqueológico, é essencial entender como os espaços e paisagens arqueológicas contribuem para a identidade coletiva e para as transformações sociais dessas comunidades.

O registro arqueológico é hoje considerado uma assinatura material das ações resultantes da atividade humana que resistiram no tempo e no espaço. Conforme se aprimora a compreensão sobre a construção do passado e sua natureza identitária perante a humanidade, as sociedades buscam símbolos de pertencimento e memória, incluindo as paisagens espaciais, lugares e espaços que foram utilizados pela humanidade, mesmo que não tenham deixado transformações visíveis ou significativas no ambiente físico. Exemplos incluem grutas, abrigos sob rochas, cavernas ou cavidades subterrâneas, lugares de combate, morte, tortura, senzalas, quilombos, que não foram modificados em sua gênese espacial e cujas modificações mínimas dificultam a identificação imediata pelos arqueólogos (Bastos, 2011).

Contextualização

O Povo indígena Kapinawá, composto por mais de 3.700 habitantes, se identifica como uma nova ramificação dos indígenas Paratiote (Paratió), que foram aldeados na Serra do Macaco a partir do século XVIII. Os títulos de posse da terra que ocupam remontam ao século XIX (Palitot; Albuquerque, 2002). Esse reconhecimento da sua ancestralidade foi evidenciado nas narrativas dos participantes da pesquisa, os quais se consideram descendentes diretos dos Caboclos que historicamente habitavam essa região.

Atualmente, o povo indígena Kapinawá possui suas terras demarcadas nos municípios de Buique, Tupanatinga e Ibimirim, nas proximidades do Parna do Catimbau, entre o agreste e o sertão de Pernambuco. Os Kapinawá estão distribuídos em 33 (trinta e três) aldeias, das quais 18 (dezoito) estão situadas dentro do território já demarcado, enquanto outras 15 (quinze) estão em processo de demarcação, evidenciando a busca contínua pela garantia de seu espaço e preservação de suas tradições. Os sítios arqueológicos continuam tendo uma importância singular para eles. Durante o processo de demarcação do território, foi solicitado uma parte do espaço que hoje constitui o Parna do Catimbau, argumentando que a cultura material deixada nos sítios arqueológicos era o legado seus antepassados, essa relação de pertencimento à

população persiste até hoje, no entanto a solicitação não foi atendida. Na figura 1 é possível o observar a delimitação do TI Kapinawá e a delimitação do Parna do Catimbau.

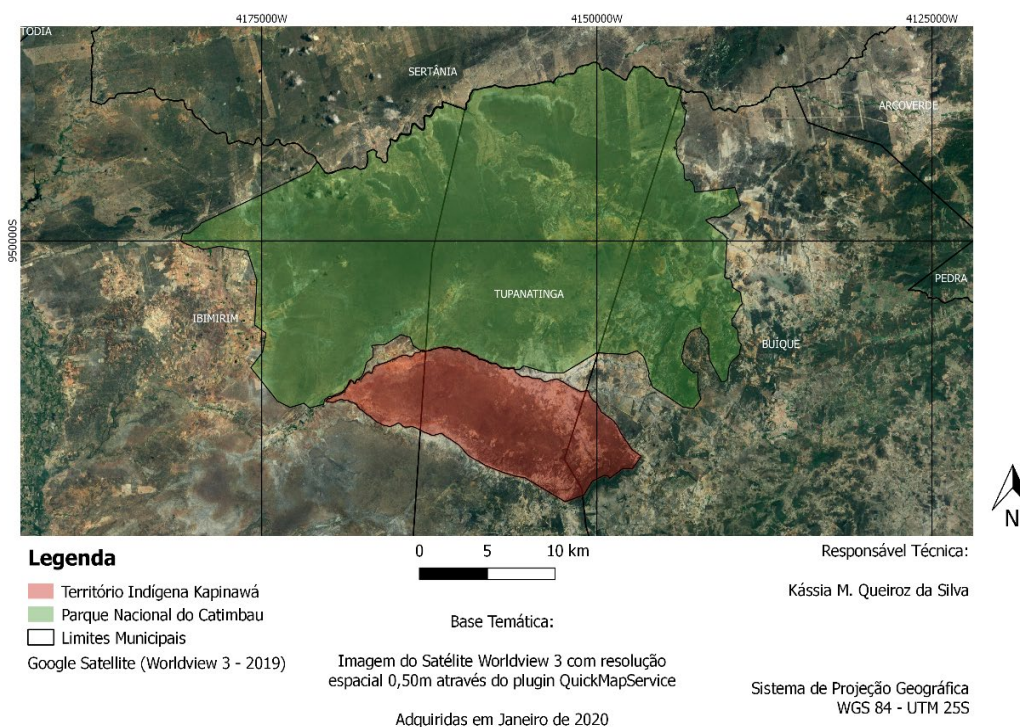


Figura 1: Mapa da Localização do Parna do Catimbau e do Território Indígena Kapinawá. Fonte: Silva, 2020

O Parque Nacional do Catimbau, instituído pelo Decreto-Lei Nº 4.340 de 22/08/2002, é reconhecido como o segundo maior parque arqueológico do Brasil, contando com uma variedade de sítios arqueológicos notáveis, principalmente constituídos por impressionantes paredões com pinturas rupestres que remontam a mais de 6.000 anos (Silva; Melo, 2011), o Iphan também o reconhece como Patrimônio Arqueológico Nacional. Destaca-se entre os sítios arqueológicos no Vale do Catimbau o Sítio Arqueológico Alcobaça, local de pesquisas desde a década de 1990, sendo considerado um dos mais relevantes devido à sua vasta diversidade de artefatos arqueológicos. Foi objeto de escavações em três campanhas, realizadas entre 1996 e 1998. Oliveira (2006) buscou compreender o sítio como o habitat de um grupo, através da análise da cultura material e da estratigrafia.

Pesquisas arqueológicas na região do Parque indicam que os grupos pré-coloniais habitavam essas paisagens há, no mínimo, 6.640 ± 95 anos AP (Albuquerque; Lucena, 1991), com uma presença mais intensiva a partir de 4.850 anos AP (Oliveira, 2001). As pesquisas arqueológicas na área do Parna do Catimbau estão particularmente interessadas nos sítios de grafismos

rupestres, visando sua caracterização, classificação e compreensão dos perfis gráficos. Entretanto, há também um considerável interesse na investigação das ocupações humanas pré-históricas, abrangendo extensos horizontes cronológicos e culturais (Martin, 2005).

Tecendo Relações

Os dados foram coletados através do método da história oral que implica na interação entre narradores e pesquisadores, o resultado pode ser a elaboração de um documento que a princípio pode ser a transcrição de uma entrevista e posteriormente a análise de seus dados (Meihy, 1994; Delgado, 2017). A história oral é dividida em três abordagens: *história oral de vida*, *história oral temática* e *tradição oral/trajetória de vida* (Meihy, 1994).

Foram realizadas entrevistas individuais com 22 pessoas, entre 18 e 79 anos, e visitas aos sítios arqueológicos, a fim de correlacionar a fala dos moradores com a materialidade. Em cada sítio arqueológico visitado, estávamos acompanhados de uma pessoa pertencente à etnia Kapinawá, o que possibilitou observar a interação dessas pessoas com o patrimônio arqueológico.

As informações obtidas foram analisadas com base na metodologia jornalística do lugar de fala, que é legitimado na perspectiva de quem é o sujeito que fala, sua função e seu papel no contexto social (MELO, 2005). Para Braga (2000) é constituído pela necessidade de o sujeito trazer sua abordagem de determinada circunstância. E, dessa forma foi possível construir a interpretação da cultura material de uma forma descritiva, através da ótica Kapinawá e entender a sua relação com os sítios arqueológicos. Para garantir a legitimação desses discursos às fontes das falas estarão descritas com o primeiro nome da pessoa o nome da etnia, e entre parêntese constando a aldeia que a pessoa mora e o ano que a entrevista foi realizada. Na figura 2 é possível observar a localização dos sítios arqueológicos visitados.

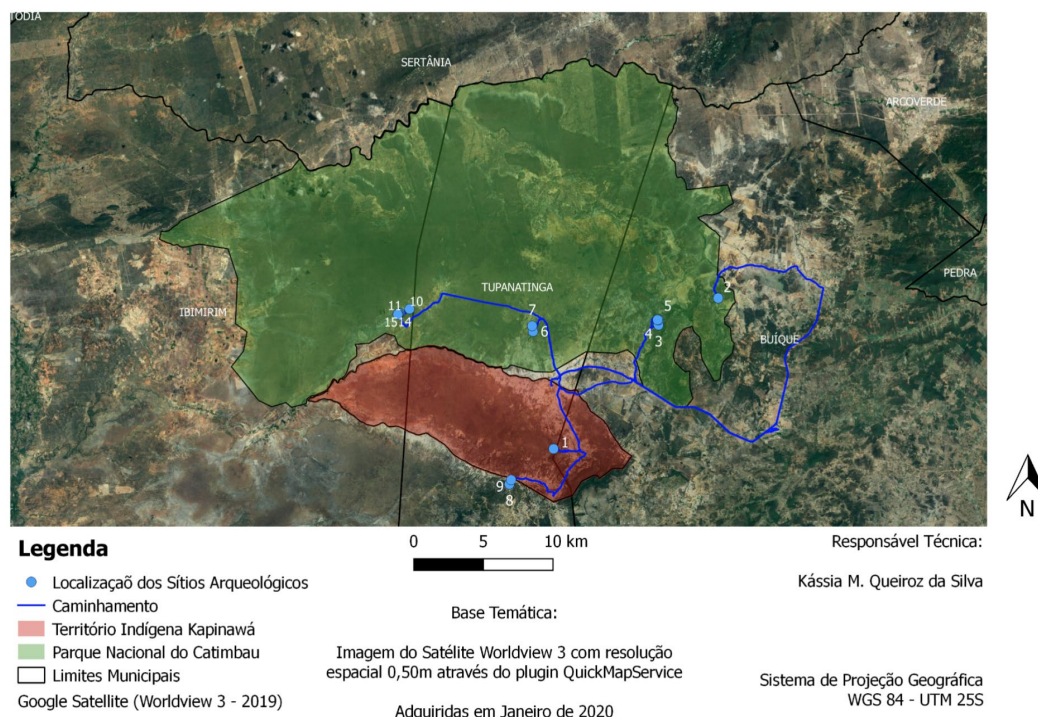


Figura 2: Mapa do Caminhamento e Localização dos Sítios Arqueológicos Visitados. Fonte: Silva, 2020

O fortalecimento da etnia através dos sítios arqueológicos

A cultura material é, sem dúvida, fascinante e essencial da nossa existência. Ela constitui uma parte intrínseca de quem somos, uma vez que não podemos viver sem interagir com o mundo material que nos cerca. A materialidade não é apenas uma manifestação tangível de nossa humanidade, mas também uma expressão de nossas crenças, práticas e valores. Na arqueologia, a materialidade desempenha um papel central, sendo o principal registro com o qual os arqueólogos trabalham. Através dos artefatos, estruturas, arte, e de todo o contexto em que esses elementos são encontrados, os pesquisadores conseguem interpretar partes significativas da vida, vivência e costumes das populações que habitaram determinadas regiões ao longo do tempo.

Essa interpretação é como decifrar um complexo quebra-cabeça do passado, onde cada peça material nos fornece informações valiosas sobre a tecnologia, economia, sociedade, organização política e crenças das civilizações passadas. Através da análise cuidadosa desses vestígios, somos capazes de reconstruir narrativas históricas e entender a evolução e dinâmica das culturas ao longo das eras. Assim, a materialidade não é apenas um conjunto de objetos físicos, mas um

portal que nos leva a um entendimento mais profundo das experiências e realizações humanas. É um testemunho tangível da nossa história coletiva e da riqueza da diversidade cultural que moldou e continua a moldar o nosso mundo.

Dessa forma ao escutar o Povo Kapinawá, torna-se evidente o profundo sentimento de apego e pertencimento que possuem em relação aos sítios arqueológicos. Estes lugares são vistos como documentos de suas terras é um símbolo profundo de sua identidade. Dona Mocinha Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) os considera como os registros ancestrais de suas terras, enquanto Dona Roseane Prachenawá⁶ (Aldeia Ponta da Várzea, 2017) os vê como um papel timbrado para seu povo.

O Cacique Robério Kapinawá (Aldeia Malhador, 2017) enfatiza que os sítios arqueológicos representam uma certeza da presença de seus antepassados naquela região e, por essa razão, devem ser tratados como locais sagrados. Ele destaca que esses sítios contêm informações valiosas sobre o ambiente e os recursos disponíveis na época, como os melhores locais para caça e pesca, bem como quais animais poderiam ser encontrados em determinadas regiões. Especificamente, Robério menciona a diferença nas figuras de animais encontradas nos sítios de pintura rupestre entre as regiões mais voltadas para o sertão e o agreste. Ele interpreta essa diferença como uma indicação da diversidade de animais presentes em cada região e, por consequência, das estratégias de caça adaptadas a esses ambientes.

Historicamente, os antepassados dos Kapinawá baseavam sua subsistência na pesca e na caça, sendo esta última uma fonte crucial de alimento e recursos. Robério lembra de sua infância, quando seu pai saía para caçar e voltava com um tatu, que era um dos alimentos essenciais para a sobrevivência da comunidade naquela época. Esse relato oferece uma visão valiosa da importância da fauna local para a subsistência e cultura dos Kapinawá ao longo do tempo.

Mireliane Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) inicia sua narrativa ressaltando a presença abundante de sítios arqueológicos nas redondezas, tanto dentro quanto fora do território Kapinawá. Destaca a predominância de paredões de arenito com pinturas rupestres, salientando

⁶ Roseane é uma das lideranças da Aldeia Ponta da Várzea do Povo Kapinawá, durante as entrevistas a mesma se identificou como Roseane Prachenawá.

também a importância das furnas e abrigos que serviram como moradia para seus antepassados. Ela menciona que nem todas as moradias antigas possuem pinturas rupestres, mas enfatiza que mesmo assim são consideradas sítios arqueológicos, pois esses espaços foram moldados e modificados pelas pessoas que ali viveram.

Durante uma visita à casa de Dona Dalzira Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2019) ela explica que, para ela, um sítio arqueológico não necessita ter pinturas nos paredões. Os abrigos e as furnas utilizadas como moradia pelos povos antigos, mesmo se desprovidos de pinturas, são considerados sítios arqueológicos para a mesma, devido às modificações feitas pelas pessoas que habitavam esses locais.

Dona Carminha Kapinawá (Aldeia Macaco, 2019), liderança da aldeia Macaco, compartilha sua história de infância, mencionando que passava seus dias na roça e as noites dormindo na furna com sua avó. Ela recorda que, naquela época, já existia um rancho (moradia construída em taipa), mas sua avó não conseguia se acostumar a ele, então preferia ficar na furna por se considerar uma "cabocla" que foi criada no mato. Essas experiências vividas na furna representam uma parte importante de sua vida e das tradições de sua família.

Claudenora Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) enxerga nos sítios arqueológicos uma prova tangível da existência de comunidades antes da colonização. Para ela, esses sítios representam uma maneira de reafirmar sua identidade, pois mostram que ela é descendente dos caboclos que habitaram aquela região, dando origem à nova linhagem conhecida hoje como Kapinawá. Esse ponto de vista é compartilhado por outros membros da comunidade, incluindo Hilton Kapinawá (2017), Mocinha Kapinawá (2017), Roseane Prachenawá (2017) e Carminha Kapinawá (2019), todos os quais percebem-se como uma nova ramificação dos indígenas que anteriormente residiam naquela área.

Dona Mocinha Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) destaca a relevância dos sítios arqueológicos encontrados tanto dentro quanto fora do território demarcado. Ela ressalta que a história de seus antepassados está profundamente ligada a esses locais. Para Mocinha, os Kapinawá representam a continuação da linhagem dos povos que viveram naquela região no passado. Ela também menciona as invasões nos sítios arqueológicos no Vale do Catimbau, que diminuíram após a organização do ambiente para o turismo. Mocinha aponta que dentro do

território Kapinawá demarcado, muitos sítios arqueológicos permanecem intactos e são protegidos pela densa vegetação, sendo que muitos deles foram utilizados no passado como moradia e se encontram em locais de difícil acesso. Essa informação é entregue no contexto de fala, quando a mesma lembra da grade perseguição que os povos originários sofreram por muito tempo após a colonização.

Milta Kapinawá (Aldeia Pau Ferro, 2017) traz a importância dos sítios arqueológicos na transmissão do conhecimento durante as aulas de história na comunidade, e destaca a utilização desses espaços para a produção de conteúdo educacional. Dona Carminha Kapinawá (Aldeia Macaco, 2019) também sublinha a transmissão desse conhecimento para as gerações mais jovens, não apenas em ambiente doméstico, mas também em sala de aula.

Ronaldo Kapinawá (Aldeia Malhador, 2017) utiliza as informações sobre os sítios arqueológicos nas aulas de artes que ministra e pratica a arqueologia experimental com seus alunos, recriando peças inspiradas nos artefatos arqueológicos encontrados na região. Isso mostra como os sítios arqueológicos não apenas preservam a história, mas também enriquecem o aprendizado e a criatividade na comunidade, vale ressaltar que Ronaldo Kapinawá além de professor e liderança de sua aldeia, o mesmo tem Pós Graduação em Arqueologia, o que facilita o diálogo com o patrimônio arqueológico.

Mireliane Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) Se refere a fuma da aldeia mina grande, e menciona que a gruta pinga, fazendo referência a minas de água existente em sua aldeia, a mesma enfatiza que, acreditava que a água ali é abençoada. Para ela e sua comunidade, essas fuma representam um local de grande importância religiosa.

Por outro lado, José Hilton Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) destaca que, em termos de pinturas rupestres, não existem diferenças substanciais entre as encontradas no território Kapinawá demarcado e as localizadas dentro do Parna do Catimbau. A divergência reside na percepção que as pessoas não indígenas têm dessas pinturas. Ele diz que no contexto do Parna do Catimbau, é comum os guias apresentar uma visão turística dos sítios arqueológicos, atribuindo as pinturas aos "homens das cavernas". No entanto, para os Kapinawá, a visão é ancestral e mais profunda, demonstrando a diferença na maneira como esse conhecimento é compartilhado e administrado.

Para eles, esses sítios são mais do que meras representações gráficas. São os registros e testemunhos tangíveis de sua história e cultura, transmitidos através das gerações. São "nossos documentos, nossa escritura", conforme destaca Mocinha Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017). Para os Kapinawá, os sítios arqueológicos são a essência de sua cultura, onde podem se conectar com seus antepassados e renovar sua tradição.

O Pajé Zé Caetano Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017) compartilha a emoção profunda que sente ao visitar as furnas, que considera locais de concentração e espiritualidade. Esses espaços não apenas lembram o passado, mas servem como pontos de encontro com os encantados e uma forma de reverenciar e cantar para seus antepassados, como mencionado por Dona Dauriza Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017).

Dona Roseane Prachenawá (Aldeia Ponta da Várzea, 2017) destaca que os sítios arqueológicos são fontes de força e resistência para sua comunidade. Acredita que as pinturas rupestres são essenciais para a sobrevivência e segurança da etnia Kapinawá. Ela expressa a importância de se marcar e reconhecer nesses registros, pois, sem essa marcação, outras pessoas poderiam subestimar ou não valorizar esses lugares. Além disso, Roseane Prachenawá traz a visão mística dos sítios arqueológicos, vendo-os como fortalezas onde sua comunidade pode se conectar com os encantos de luz. Ressalta que qualquer pessoa, seja indígena ou não, pode se identificar com esses espaços, mas o verdadeiro significado está enraizado no sentimento ancestral. Esses sítios são essenciais para a vida de sua etnia, e mantêm viva o significado da palavra indígena, sendo fundamentais para a luta e a preservação da cultura Kapinawá.

O Cacique Roberio Kapinawá (Aldeia Malhador, 2017) reforça essa visão mística, enfatizando que os sítios arqueológicos representam uma garantia da presença de seus antepassados. Especificamente, menciona a importância da fumaça dos caboclos, que para turistas pode ser vista como o morro do elefante, mas para o povo Kapinawá é um local de retiro espiritual sagrado. Esse é um espaço vital onde seus antepassados viveram, conviveram e fizeram suas transições, evidenciando a profunda ligação com a ancestralidade e a sabedoria da natureza.

Esses sítios arqueológicos também têm uma conotação religiosa e espiritual significativa para a comunidade, como salienta Seu Aldalho Kapinawá (Aldeia Malhador, 2017). Eles são locais de rituais, promessas, e pedidos de oração, onde os Kapinawá se conectam com o sagrado. Para

Dona Loura Kpinawá Kapinawá (Aldeia Mina Grande, 2017), esses sítios desempenham um papel fundamental na retomada das terras e na legitimação da identidade indígena.

A importância desses sítios transcende o físico, eles são portais para a ancestralidade, a espiritualidade e a força que sustentam a comunidade Kapinawá. São as pinturas rupestres, as furnas e os sítios arqueológicos que mantêm viva a história, a tradição e a identidade deste povo, como ressaltado por diversos membros da comunidade.

Conclusão

Com base nos dados coletados e nas experiências proporcionadas ao longo dessa pesquisa, tornou-se possível compreender a relação íntima da comunidade Kapinawá com o patrimônio arqueológico do Vale do Catimbau.

Os Kapinawá possuem um entendimento sólido sobre a existência dos sítios arqueológicos e se apropriam desses espaços como locais ancestrais e sagrados. Eles acreditam que esses sítios foram habitados por seus antepassados, e, por essa razão, a energia deles ainda está presente ali. Esses sítios são vistos como herança deixada pelos antigos, e ao interagir com esses espaços, os Kapinawá buscam reafirmar sua cultura.

No que se refere à utilização dos sítios arqueológicos, observou-se que alguns são utilizados para rituais, nos quais buscam força e sabedoria de seus encantados de luz. Esses locais são considerados espaços de ciência sagrada, de profundo significado espiritual para o povo Kapinawá. Além disso, há sítios destinados à visita, percebidos como espaços de lembrança e memória. Outros sítios são utilizados como ferramentas educacionais para o ensino fundamental e médio, servindo para ensinar história e arte.

Os Kapinawá demonstram um claro entendimento da necessidade de preservar os sítios arqueológicos e transmitem esse conhecimento culturalmente, envolvendo as crianças da comunidade. Dessa maneira, eles garantem que as gerações futuras compreendam a importância de respeitar e proteger esses locais.

À medida que a pesquisa avança e a interação com a comunidade se aprofunda, fica evidente que os discursos coletados se complementam, entrelaçando suas histórias de forma única

quando narradas por eles próprios. Essa narrativa coletiva é vital para compreender plenamente a riqueza da relação dos Kapinawá com seu patrimônio arqueológico e, por extensão, com sua própria identidade e cultura. O testemunho do Povo Kapinawá revela a profunda ligação e importância dos sítios arqueológicos em sua cultura e identidade. Para os Kapinawá, esses lugares não são meramente representações gráficas, mas registros tangíveis de sua história e cultura, documentos que ecoam os ensinamentos dos antepassados. São reverenciados como fortalezas espirituais, onde a comunidade se conecta com os encantos de luz e renova sua tradição ancestral.

As pinturas rupestres e as furnas são mais do que marcas no solo; são fontes de força e resistência para os Kapinawá, essenciais para sua sobrevivência e segurança enquanto etnia, representam uma garantia da presença de seus antepassados e servem como locais sagrados para rituais e conexões espirituais profundas. Esses sítios arqueológicos desempenham um papel fundamental na luta pela retomada de suas terras e na legitimação de sua identidade indígena.

Assim, os sítios arqueológicos são portais que transcendem o físico, abrindo caminho para a ancestralidade, a espiritualidade e a força que unem o Povo Kapinawá. São essenciais para manter viva a história, a tradição e a identidade desse povo, representando uma ligação com a natureza e a herança cultural que permeia suas vidas.

Referência

ALBUQUERQUE, M. e LUCENA, V. 1991. Caçadores e Coletores no Agreste Pernambucano: Ocupação e Ambiente Holocênico. *Clio Série Arqueológica*, Recife – PE, v. 1, n. 4.

BASTOS, R. L. 2011. Registro arqueológico como instrumento de memória social. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas- SP, n. 4, p. 52-6.

BRAGA, J. L. 2000. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: *Mídias e processos socioculturais*. São Leopoldo: Unisinos, p. 159-184.

BEZERRA, M. 2017. Um breve ensaio sobre patrimônio arqueológico e povos indígenas. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], v. 24, n. 2. p. 74-85, junho.

CARREIRA, S. S. G. 2014. A memória revisitada: identidade e pertencimento em Nihonjin, de Oscar Nakasato. *Revista Língua e Literatura*, [S.l.] v. 16, n. 26, p. 87-98.

CASTRO, V M C. 2008. O Uso do Conceito de Identidade na Arqueologia. *Clio – Série Arqueológica*, Recife v.1, n. 23, p. 170.

DELGADO, L. A. N. 2017. História oral-memória, tempo, identidades. [S.l.] Autêntica.

FARIAS, T. C. 2011. Patrimônio cultural: a indossociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - PB, 2011.

FERNANDES, T. C. 2007. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre arqueologia pública no Brasil. 2007. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo. São Paulo.

FUNARI, P. P. 2001. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. *Revista de História Regional*, [S.l.] v. 6, n. 2.

MARTIN, G. 2005. As pinturas rupestres do sítio Alcobaça, Buíque - PE, no contexto da Tradição Agreste. *Clio: Série Arqueológica*, n. 18, Recife, p. 27-49.

MEIHY, J. C. S. B. 1994. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, [S.l.] v. 5, n 2, p. 52-60, 1994.

MELO, P. B. 2005. Campo e habitus na produção jornalística: o lugar de fala como determinante da agenda. *Estudos de Sociologia, Rev. do Progr. de Pós-Greduação cm Sociologia da UFPE*. Recife – PE, v. 1, n. 1, p. 69.82.

OLIVEIRA, A. N. 2001. O sítio arqueológico Alcobaça: Buíque, Pernambuco. Estudo das Estruturas Arqueológicas. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

OLIVEIRA, A. L. N. 2006. O Sítio Alcobaça: Sítio Referência no Vale do Catimbau – Buíque – PE. *Clio Arqueológica*. v. 2, n 21.

PALITOT, E. M.; ALBUQUERQUE, M. A. S. 2002. Índios do Nordeste. Campina Grande – PB.

PENNA, A. G. 1997. Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro, Imago.

POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, [S.l.] v. 5, n. 10, p. 200-215.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.; MIGLIACIO, M. C. 2008. Preservação do patrimônio arqueológico em terras indígenas. Revista Arqueologia Pública, [S.l.] v. 3, n. 1(3).

SILVA, G.; MELO, S. F. B. 2011. Sítios Arqueológicos de Pernambuco: Uma Abordagem Cultural. Anais Eletrônicos do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”.

SILVA, K. M. Q. 2017. Percepção e Apropriação do Patrimônio Arqueológico do Vale do Catimbau Pelos Povos Indígenas Kapinawá: Um Estudo Sob o Olhar Da Arqueologia Pública. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

SILVA, K. M. Q. 2020. Essa história é minha: a relação do povo Kapinawá com o patrimônio arqueológico do Vale do Catimbau. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

Entrevistas Concedidas

KAPINAWÁ, Adalho. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Malhador. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Arlindo. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Anicelia. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Beatriz. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Claudenora. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Carminha. Entrevista I. [2019]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Macaco. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Dalzira. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Dôra. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Irene. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Pau Ferro Grosso. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Jacira. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, José Hilton. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, José Manoel. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, José Rian. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Ponta da Várzea. Território indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Lôra. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Milta. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Pau Ferro. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Mireliane. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Mireliane. Entrevista II. [2019]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território indígena Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Mocinha. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Paulo. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Julião. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Roberio. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Malhador. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Ronaldo. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Malhador. Território Indígena Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Ronaldo. Entrevista II. [2019]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Malhador. Território Indigna Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Socorro. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Malhador. Território Indigna Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

KAPINAWÁ, Zé Caetano. Entrevista II. [2019]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Mina Grande. Território Indigna Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.

PRACHENAWÁ, Roseane. Entrevista I. [2017]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Ponta da Várzea. Território Indigna Kapinawá. Buíque 2017. 1 arquivo.mp3.

PRACHENAWÁ, Roseane. Entrevista II. [2019]. Entrevistador: Kássia Maria Queiróz da Silva. Aldeia Ponta da Várzea. Território Indigna Kapinawá. Buíque 2019. 1 arquivo.mp3.